Revista de Educação do Vale do São Francisco
ISSN 2177-8183

TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO CONTEXTO DE TRABALHO DE PROFESSORES DE UM INSTITUTO FEDERAL

WORK AND VOCATIONAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE WORK CONTEXT OF TEACHERS AT A FEDERAL INSTITUTE

TRABAJO Y FORMACIÓN PROFESIONAL: UN ANÁLISIS DEL CONTEXTO LABORAL DEL DOCENTE EN UN INSTITUTO FEDERAL

Paulo Roberto Ribeiro Marinho
psicopaulomarinho@yahoo.com.br
Mestre e doutorando em Psicologia - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Psicólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP

Maria Luiza Gava Schmidt
maria.lg.schmidt@unesp.br
Pós Doutorado pela Faculdade de Saúde Pública – USP.
Docente do Curso de Graduação em Psicologia Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Unesp/Assis.

RESUMO

O contexto de trabalho dos professores na educação profissional e tecnológica tem sido impactado por transformações contemporâneas que afetam a organização do trabalho. Mesmo com a expansão da Rede Federal de Ensino, ainda são limitadas as pesquisas voltadas aos trabalhadores dos Institutos Federais, especialmente aos professores. Nesse cenário, o estudo teve como objetivo analisar o contexto de trabalho dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de um Instituto Federal localizado na região Sudeste do Brasil. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com abordagem quantitativa, que utilizou parâmetros da estatística descritiva para a análise dos dados. Participaram do estudo 104 professores, cujos dados foram coletados por meio de questionário sociodemográfico e da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho. Os resultados evidenciam avaliação negativa para 91% dos professores, que classificaram a Organização do Trabalho como de risco moderado a grave, destacando ritmo intenso, prazos curtos e insuficiência de pessoal. As Relações Socioprofissionais também foram avaliadas de forma desfavorável por 71% dos participantes, igualmente como de risco moderado a grave, com ênfase na falta de integração, comunicação insatisfatória e disputas no ambiente laboral. Por fim, as Condições de Trabalho foram comprometedoras para 70% dos professores com risco moderado a grave, destacando excesso de ruído, mobiliário inadequado e insuficiência de instrumentos. Os resultados evidenciam um cenário de vulnerabilidade no contexto de trabalho dos professores do Instituto Federal pesquisado, com predomínio de fatores de risco de moderado a grave nos três domínios analisados, configurando aspectos desfavoráveis à saúde mental desses profissionais. Destaca-se a necessidade de intervenções institucionais voltadas à melhoria da organização do trabalho, das relações socioprofissionais e das condições laborais, visando à promoção da saúde e à construção de um ambiente de trabalho saudável para os professores.

Comitê de ética: O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e

CC BY

Letras (UNESP), campus de Assis, e cadastrado na plataforma Brasil sob o número CAAE: 70879723.2.0000.540 e aprovado com o parecer nº 6.524.658.

Palavras-chave: Professor EBTT. Instituto Federal. Saúde do Trabalhador. Contexto de Trabalho.

ABSTRACT

The work context of teachers in vocational and technological education has been impacted by contemporary transformations that affect work organization. Despite the expansion of the Federal Education Network, research focusing on workers in Federal Institutes—especially teachers—remains limited. In this context, this study aimed to analyze the work context of teachers in Basic, Technical, and Technological Education (EBTT) at a Federal Institute located in the Southeast region of Brazil. This is an exploratory-descriptive study with a quantitative approach, using descriptive statistical parameters for data analysis. A total of 104 teachers participated in the study, and data were collected through a sociodemographic questionnaire and the Work Context Assessment Scale. The results indicate a predominantly unfavorable evaluation, with 91% of teachers classifying Work Organization as presenting moderate to high risk, highlighting an intense work pace, short deadlines, and insufficient staffing. Socio-professional relationships were also evaluated unfavorably by 71% of participants, likewise as moderate to high risk, with emphasis on lack of integration, unsatisfactory communication, and workplace disputes. Finally, Working Conditions were considered moderate to high risk by 70% of the teachers, particularly due to excessive noise, inadequate furniture, and insufficient equipment. The findings reveal a scenario of vulnerability in the work context of the teachers at the Federal Institute studied, with a predominance of moderate to high risk factors across all three domains, constituting conditions unfavorable to the mental health of these professionals. The need for institutional interventions aimed at improving work organization, socio-professional relationships, and working conditions is emphasized, with a view to promoting health and fostering a healthy work environment for teachers.

Ethics Committee: The research project was submitted to the Research Ethics Committee of the Faculty of Sciences and Letters (UNESP), Assis campus, and registered on the Brazil Platform under CAAE number 70879723.2.0000.0540. It was approved under opinion number 6,524,658.

Keywords: EBTT teachers. Federal Institut. Occupational Health. Work Context.

RESUMEN

El contexto laboral de los docentes de educación profesional y tecnológica se ha visto afectado por transformaciones contemporáneas que inciden en la organización del trabajo. A pesar de la expansión de la Red Federal de Educación, la investigación centrada en los trabajadores de los Institutos Federales, especialmente en los docentes, sigue siendo limitada. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar el contexto laboral de los docentes de Educación Básica, Técnica y Tecnológica (EBTT) en un Instituto Federal ubicado en la región sudeste de Brasil. Se trata de un estudio exploratorio-descriptivo con enfoque cuantitativo, que utilizó parámetros de estadística descriptiva para el análisis de los datos. Participaron 104 docentes, cuyos datos fueron recopilados mediante un cuestionario sociodemográfico y la Escala de Evaluación del Contexto de Trabajo. Los resultados evidencian una valoración predominantemente desfavorable, con un 91% de los docentes que clasificaron la Organización del Trabajo como de riesgo moderado a alto, destacando el ritmo intenso, los plazos ajustados y la insuficiencia de personal. Las relaciones socioprofesionales también fueron evaluadas desfavorablemente por el 71% de los participantes, igualmente como de riesgo

CC BY

moderado a alto, con énfasis en la falta de integración, la comunicación insatisfactoria y los conflictos en el entorno laboral. Finalmente, las Condiciones de Trabajo fueron clasificadas por el 70% de los docentes como de riesgo moderado a alto, destacando el ruido excesivo, el mobiliario inadecuado y la insuficiencia de equipamiento. Los resultados revelan un escenario de vulnerabilidad en el contexto laboral de los docentes del Instituto Federal analizado, con predominio de factores de riesgo moderado a alto en los tres ámbitos estudiados, configurando condiciones desfavorables para la salud mental de estos profesionales. Se destaca la necesidad de intervenciones institucionales orientadas a mejorar la organización del trabajo, las relaciones socioprofesionales y las condiciones laborales, con el objetivo de promover la salud y construir un entorno de trabajo saludable para los docentes.

Comité de Ética: El proyecto de investigación fue presentado al Comité de Ética de la Facultad de Ciencias y Letras (UNESP), campus de Assis, y registrado en la plataforma brasileña con el número CAAE: 70879723.2.0000.540 y aprobado con el dictamen número 6.524.658.

Palabras clave: Profesor EBTT. Instituto Federal. Salud Laboral. Contexto de Trabajo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o trabalho no magistério tem sido amplamente discutido no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; sobretudo, em razão das profundas transformações que atravessam o mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva capitalista e do neoliberalismo. Essas mudanças incidem, diretamente, sobre a organização do trabalho escolar, principalmente no contexto de trabalho, a qual é marcada por intensificação laboral, sobrecarga administrativa, pressões por resultados, precarização das condições de exercício profissional, relações conflituosas entre pares e chefias e, consequentemente, repercussões significativas sobre a saúde física e psíquica dos professores.

A literatura evidencia que o magistério, historicamente, constitui-se como uma profissão marcada por demandas múltiplas, exigências emocionais elevadas e escassas condições materiais e institucionais para a plena realização de suas atividades. Configurando-se composto por um grupo ocupacional vulnerável a processos de desgaste e sofrimento (Esteve, 1999; Codo, 2002; Freitas; Facas, 2013; Tostes et al., 2018; Brito et al., 2014; Branco et al., 2011; Ferreira-Costa; Pedro-Silva, 2019; Marinho; Schmidt; Vasconcelos, 2021).

CC BY

No âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, o contexto de trabalho adquire especificidades relevantes. Criados a partir da Lei nº 11.892/2008, os IFs assumem uma função estratégica na formação profissional e tecnológica, na verticalização do ensino, por uma oferta educacional que abrange desde cursos de educação básica a profissionalizante e superior. A carreira de Magistério do professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) foi estruturada, pela primeira vez, pela Lei nº 11.784/2008. Diferente da legislação anterior, esta lei ampliou as atividades e atribuições no magistério. Além da atuação nos dois níveis de educação, ensino básico e superior, os professores deveriam também desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração (Brasil, 2008, Art. 111).

Além das atividades de ensino, os professores dos Institutos Federais são demandados a atuar em pesquisa, extensão, orientação estudantil, elaboração de projetos, gestão acadêmica e participação em múltiplas comissões. Enfim, desempenham um perfil multifuncional, com vistas a desenvolver múltiplas atividades e a cobrir as lacunas institucionais (Silva; Melo, 2019), caracterizando a ampliação da exploração da força de trabalho, conforme descrito por Silva (2022), e a precarização do trabalho nesse contexto (Araújo; Mourão, 2021).

Algumas peculiaridades podem ser encontradas nos IFs – por exemplo – todos os professores são contratados para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Nesse sentido, podem dar aulas nessas três modalidades de ensino –básico, técnico e tecnológico –, além das licenciaturas e cursos de pós-graduação, e a atuação está relacionada com as disciplinas correspondentes à sua área específica de formação. Um professor de Educação Física – por exemplo – leciona esse componente no ensino técnico integrado ao médio, mas pode atuar com disciplinas relacionadas ao lazer, eventos, recreação, atividade física e saúde, ou outras correlatas à sua área de atuação, que muitas vezes estão presentes nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes. Além disso, em um curso de Pedagogia, esse professor

pode operar com possíveis componentes relacionados às atividades lúdicas ou corpo e movimento.

Para que o professor do EBTT desempenhe um trabalho alinhado às prescrições institucionais, torna-se necessário planejar suas atividades de modo que o conteúdo ministrado contribua efetivamente para a formação dos estudantes nas profissões técnicas ofertadas. Nesse sentido, Fernandes (2017) destaca que os professores dos Institutos Federais, além de dominarem suas respectivas áreas de conhecimento, devem ser capazes de articular saberes que favoreçam o acesso dos estudantes ao mundo do trabalho.

Na literatura consultada, não foram identificados estudos que tenham utilizado a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho EACT) com professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Para tanto, foram realizadas buscas sistemáticas no período de 2008 a 2023, abrangendo as bases *Scientific Electronic Library Online (SciELO),* a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha desse período levou em consideração a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais, campo de investigação desta pesquisa.

No que se refere a estudos que utilizaram a EACT em professores que atuam em diferentes níveis de ensino, o estudo de Tundis e Monteiro (2018) com professores do ensino superior em uma universidade pública da região amazônica contou com a participação de 52 professores, com idades entre 23 e 58 anos. Verificou-se que o contexto de trabalho apresentou médias altas nos fatores Condições de Trabalho e Relações Socioprofissionais.

Já o estudo de Marinho, Schmidt e Vasconcelos (2021) contou com a participação de 20 professores de duas escolas rurais, cujos resultados evidenciam níveis críticos: preocupantes nos três fatores em uma escola, ao passo que, na outra escola, o resultado crítico foi constatado no fator Organização do Trabalho.

A pesquisa de Minghetti (2023), por sua vez, objetivou analisar os riscos laborais

CC BY

da rede estadual de ensino de Santa Catarina. Nesse estudo, participaram 345 professores, sendo que, na avaliação do contexto de trabalho por meio da EACT, constatou-se risco crítico para o adoecimento em todos os fatores analisados. Os resultados dessas pesquisas possuem aproximações com os resultados e as discussões que apresentaremos a seguir.

Adotou-se como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho – de Christophe Dejours – que permite compreender o trabalho para além de seus aspectos técnico-organizacionais. Essa perspectiva ressalta que o trabalho pode – simultaneamente – gerar realização e adoecimento, a depender das condições de organização do trabalho, e dos aspectos ligados à autonomia e ao reconhecimento (Dejours, 2015; Dejours; Abdoucheli; Jayet, 2011). Nesse estudo, tal abordagem orienta a análise das vivências dos professores no Instituto Federal, elucidando como o desenho institucional e a multiplicidade de atividades repercutem nos riscos e adoecimento na saúde.

Em face dessas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo analisar o contexto de trabalho dos professores EBTT de um Instituto Federal localizado na região Sudeste. De modo mais específico, buscou-se compreender em que medida o contexto de trabalho se conecta a fatores capazes de produzir impactos significativos nos riscos à saúde desses trabalhadores. Assim, parte-se do pressuposto de que determinados elementos da organização e das condições do trabalho, associados às relações socioprofissionais, podem atuar como fatores de risco, contribuindo para o sofrimento e o adoecimento dos professores; inversamente, configurar-se como recursos promotores de saúde, satisfação e realização. Ao examinar essas dimensões, o estudo busca oferecer subsídios para uma compreensão mais abrangente da dinâmica laboral no ensino federal e suas implicações para a saúde dos profissionais da educação.

CC BY

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa consiste em um estudo exploratório-descritivo, com enfoque quantitativo. Segundo Gil (2019, p. 26), o estudo exploratório "visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". Para o autor, a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a ou descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de estudo frequentemente utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática, visando traçar perfis e detalhar situações com maior precisão e rigor analítico.

As pesquisas quantitativas permitem identificar o grau e a abrangência de características em uma população, apresentam caráter generalizador e, ao mesmo tempo, sua articulação com o contexto enriquece a análise (Pereira; Ortigão, 2017).

O delineamento é de estudo de caso, que busca compreender um fenômeno em seu ambiente natural, conforme apontam Prodanov; Freitas, (2013), Yin, (2001). Para Lunetta; Guerra (2023), o estudo de caso caracteriza-se como uma forma de investigação intensiva e sistemática sobre um objeto — seja um indivíduo, uma instituição ou uma comunidade, possibilitando uma análise abrangente e aprofundada da realidade estudada. A modalidade mais tradicional desse tipo de investigação – o estudo de caso único – consiste na análise detalhada de um indivíduo, grupo, organização ou fenômeno, isto é, de qualquer unidade considerada representativa, ainda que composta por diversos elementos (Gil, 2019).

Local e participantes do estudo

O local de coleta de dados ocorreu em um Instituto Federal localizado na região Sudeste do Brasil, o qual possui um modelo de organização descentralizada e multicampi, formado por 37 campi no Estado, sendo 32 plenos e quatro

avançados. As principais diferenças entre campi pleno e avançado consistem no número de servidores e na capacidade e oferta de cursos técnicos, graduação e pós-graduação. Atualmente, o quadro funcional de professores é de 2.606 profissionais, de acordo com os dados obtidos por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), em julho de 2023.

A coleta de dados ocorreu no período de julho a setembro de 2024, participaram do estudo 104 professores de quatro campi. A presente investigação adotou a amostragem por conveniência como critério metodológico, em razão da acessibilidade aos participantes e da viabilidade logística e operacional para a coleta de dados. Tal procedimento, fundamentado na seleção intencional de sujeitos disponíveis e voluntários, é amplamente empregado em estudos de natureza exploratória, especialmente em contextos nos quais há restrições de tempo, recursos ou dificuldades de acesso a determinadas populações (Gil, 2019).

Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser professor efetivo com tempo maior de 12 meses; não estar afastado para tratamento de saúde, férias, autocapacitação ou para pós-graduação *stricto sensu*/pós-doutorado; concordar em participar do estudo. Os critérios de exclusão foram: servidores de outras categorias profissionais que atuam no Instituto Federal; professores na condição de visitante ou contratado por tempo determinado (substituto); professores readaptados; professores que se recusassem a assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), campus de Assis, e cadastrado na plataforma Brasil sob o número CAAE: 70879723.2.0000.540 e aprovado com o parecer nº 6.524.658.

Procedimento de análise de dados

Para EACT, a resposta é estruturada no formato *Likert*, com cinco pontos (nunca, raramente, às vezes, frequentemente e sempre). O escore é obtido por meio da média dos itens, sendo classificado em três níveis: avaliação negativa, de caráter grave (valor superior a 3,7); avaliação moderada, de caráter crítico (valor entre 2,3 e 3,69); avaliação positiva, de caráter satisfatório (valor igual ou inferior a 2,29) (Ferreira, Mendes, 2008).

Para a análise e organização dos dados da EACT, foram utilizados recursos de estatística do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS*).* Foi utilizada a Estatística Descritiva, com a tabulação temática em planilhas do sistema Excel, versão do Microsoft® Windows 10. Nos testes estatísticos utilizados (Teste de Qui-Quadrado e Alfa de Cronbach), consideraram-se os níveis de significância de 5% ($p < 0,05$) e 1% ($p < 0,01$), assegurando robustez e confiabilidade aos resultados.

Os resultados foram discutidos com base na Psicodinâmica do Trabalho (PDT), proposta por Christophe Dejours (2015), que integra fatores objetivos e subjetivos presentes na organização laboral. Esse referencial permite compreender como determinadas condições e dinâmicas de trabalho podem se configurar tanto como promotoras de saúde quanto como potenciais fontes de sofrimento e adoecimento psíquico.

Instrumentos

Para este estudo, foram utilizados um questionário sociodemográfico e a EACT (Ferreira; Mendes 2008). O questionário sociodemográfico teve como objetivo conhecer o perfil dos professores participantes do estudo (para caracterizar gênero, faixa etária, escolaridade, estado conjugal, etnia, número de filhos, renda) e as

características da atividade de professor (tempo de trabalho, quantidade de turmas, carga horária, atividades extraclasses).

A EACT foi construída e validada no Brasil por Ferreira e Mendes (2008) e, segundo os autores constitui um instrumento à disposição dos profissionais que atuam no campo das ciências do trabalho. A escala é composta por 31 itens, distribuídos em três fatores. O fator Organização do Trabalho abrange aspectos relacionados à divisão e ao conteúdo das tarefas, bem como às normas e aos ritmos de trabalho. O fator Condições de Trabalho contempla a avaliação do ambiente físico, incluindo a qualidade dos espaços, dos equipamentos e dos materiais disponíveis para a execução das atividades. Por fim, o fator Relações Socioprofissionais analisa as formas de gestão do trabalho, os processos de comunicação e as interações profissionais estabelecidas no contexto laboral. As dimensões avaliadas pela escala podem ser indicadas, na percepção dos trabalhadores, como satisfatórias, críticas ou graves. (Ferreira; Mendes, 2008).

Resultados e Discussão

Caracterização dos Participantes

As informações do questionário sociodemográfico revelaram que a maioria dos participantes é do sexo masculino (68%), resultados semelhantes com os encontrados por Barbosa (2018), em pesquisa com 964 professores do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), no qual 34% pertencem ao sexo feminino e 66% são do sexo masculino. Já o estudo que envolveu 250 professores do Instituto Federal de Brasília (IFB) apresentou perfil homogêneo no que se refere ao sexo dos participantes, sendo representado por 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino (Bispo; Santos; Arosi, 2024).

No tocante à escolaridade, verifica-se que 98% possuem diploma de pós-graduação stricto sensu, a saber: 53% dos professores pesquisados são doutores, 26% são mestres, 10% são pós-doutores, sendo ainda que 10% assinalaram que estão

cursando o doutoramento. O estudo desenvolvido por Souza (2021), realizado com professores de EBTT do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), contou com a participação de 223 professores. No que se refere à escolaridade, 58,3% possuem mestrado, 28,3% são doutores, 9,9% são especialistas e 3,1% possuem diploma de pós-doutorado.

Quanto ao estado civil, a amostra foi distribuída em três categorias: 59% casados ou em união estável; 30% solteiros e 11% divorciados. Resultados semelhantes foram identificados por Nascimento (2023) em um estudo com 143 docentes do IFAM, no qual 67,8% também se encontravam casados ou em união estável, evidenciando a predominância de vínculos conjugais consolidados entre professores.

No que se refere à raça/cor, observou-se predominância de participantes que se autodeclararam brancos (75%), seguidos por pardos (13%) e pretos (10%). Esses dados dialogam com o que apontam Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022), ao identificarem a maior presença de docentes brancos e do sexo masculino, no contexto educacional dentro do ensino superior brasileiro, evidenciando desigualdades raciais e de gênero na composição do corpo docente. Quanto à composição domiciliar, 36% dos docentes residem com os filhos, 29% vivem sozinhos, 28% coabitam com o companheiro e 7% moram com os pais. Verificou-se – ainda – que a maioria dos respondentes possui filhos (54%).

Também se investigou o tempo de exercício docente no Instituto Federal. Observou-se que a maioria dos participantes possui trajetória intermediária na instituição: 48% atuam entre seis e oito anos; 27%, entre nove e 11 anos;11% entre 12 e 14 anos e 7% acumulam entre 15 e 17 anos de experiência. Esse perfil indica uma força de trabalho relativamente estabilizada, composta – majoritariamente – por docentes com vivência significativa no serviço público federal de educação. Resultados semelhantes foram identificados no estudo de Souza (2021), realizado com professores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Naquele contexto, 54,3% dos respondentes apresentavam entre cinco e dez anos de atuação, 25,1% possuíam menos de cinco anos; 20,5% contavam com mais de 11 anos de

experiência. A convergência entre os dados evidencia um padrão recorrente na rede federal: a presença predominante de docentes em fase intermediária de carreira, o que pode refletir tanto na expansão recente dos Institutos Federais quanto nos processos de consolidação profissional decorrentes dos concursos públicos e das políticas de expansão da educação profissional e tecnológica.

Quanto ao regime de trabalho, verificou-se que 99% dos professores atuam em dedicação exclusiva, enquanto apenas 1% possui carga horária de 40 horas semanais; não houve registro de docentes com 20 horas. Achado semelhante foi identificado por Souza (2021) no IFNMG, onde nenhum participante apresentou regime de 20 horas, 94,6% trabalhavam em dedicação exclusiva e 5,4% em 40 horas. Tais dados refletem as características contratuais previstas na Lei nº 12.772/2012, que estabelece para docentes efetivos dos Institutos Federais três possíveis regimes: 20 horas, 40 horas e 40 horas com dedicação exclusiva. Ressalta-se que – neste estudo – a quase totalidade dos respondentes declarou atuar em dedicação exclusiva, reforçando a predominância desse regime de trabalho na rede federal.

No que se refere aos hábitos de vida, 62% dos participantes relataram consumir bebidas alcoólicas raramente, 24% nunca consomem, 8% quase sempre e 7% às vezes, totalizando 15% com consumo mais frequente. Esses achados se aproximam dos resultados de Leão *et al*. (2022), que identificaram – entre 15.641 professores de escolas públicas mineiras – que 53,1% não consumiam álcool, 17,6% consumiam de um a dois dias por semana e 30,2% ingeriam uma a duas doses diárias.

Quanto ao uso de cigarros e/ou narguilé, 88% nunca fizeram uso, 7% relataram uso raro e 3% uso ocasional. Dados do Ministério da Saúde (2023) indicam tendência de redução no tabagismo no país, com queda de 15,6% em 2006 para 9,3% em 2018, representando diminuição aproximada de 40%, neste período, além de apontar que cerca de 90% da população se declara não fumante. Observa-se – ainda – maior prevalência do hábito entre homens (12,1%) em comparação às mulheres (6,9%).

Sobre atividade física, 83% dos participantes afirmaram praticá-la, com média de dois a três dias semanais, enquanto 17% não realizam exercícios. Resultados

semelhantes foram encontrados por Dumith (2020), com 70,4% dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande relatando prática semanal (mediana de 90 minutos). No estudo de Nascimento (2023), realizado no IFAM, 30,1% dos professores relataram prática frequente; 28%, ocasional; 14%, sempre e 7,7% nunca; quanto à frequência semanal, 48,3% praticam exercícios físicos entre duas e quatro vezes por semana; 19,6%, uma vez; 14%, cinco ou mais vezes e 16,8% não praticam.

Contexto Organizacional dos Professores

Fator 1: Organização do Trabalho

A seguir sintetizaremos a EACT e seus fatores, apresentando a média – mediana – o desvio padrão (DP), o Alfa de Cronbach e a classificação de risco de cada fator. Destaca-se que, na análise da consistência interna dos fatores que compõem a EACT, obtiveram-se valores de Alfa de Cronbach maiores de 0,7. Esta escala avalia aspectos relacionados à Organização do Trabalho, às Condições de Trabalho e às Relações Socioprofissionais.

As questões do primeiro fator se referem à Organização do Trabalho e se compõem de 11 itens que têm o objetivo de analisar a divisão das tarefas, o ritmo e o controle das atividades laborativas, expressos pela visão da gestão de pessoas e da natureza do trabalho (Ferreira; Mendes, 2003). A Tabela 1 exibe os resultados oriundos dessa dimensão.

As questões referentes ao primeiro fator da escala – Organização do Trabalho – abrangem 11 itens voltados à avaliação de elementos estruturantes da atividade laboral, tais como a divisão de tarefas, o ritmo imposto ao trabalho e o nível de controle exercido sobre sua execução. Esses aspectos permitem compreender a natureza das atividades no cotidiano de trabalho dos professores, conforme proposto por Ferreira e Mendes (2003). A Tabela 1 apresenta – de forma sistematizada – os resultados obtidos nessa dimensão, permitindo sua análise diante da percepção dos trabalhadores.

Tabela 01 - Estatística Descritiva do fator Organização do Trabalho da EACT

Domínios	Média	Med.	DP	Alfa de Cronbach	Classificação de Risco (n=104)		
					Grave	Crítico	Satisfatório
Organização do Trabalho	3,05	3,03	0,88	**0,823**	19 (18)	**76 (73)**	9 (9)

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

Ao se considerar a média, observa-se que o domínio Organização do Trabalho da EACT foi avaliado – majoritariamente – de forma crítica pelos respondentes, o que sinaliza um contexto de trabalho com sinais de alerta no Instituto Federal analisado. Destaca-se que, na distribuição geral do fator, 73% (n=76) dos professores pesquisados realizaram uma avaliação crítica da Organização do Trabalho no ambiente do Instituto Federal, enquanto 18% (n=19) avaliaram de forma grave e 9% (n=9) avaliaram de forma satisfatória. Tais dados reforçam a hipótese de que a estrutura organizacional e a distribuição das tarefas no cotidiano dos professores se configuram como fatores centrais de tensão e de risco de adoecimento. A Organização do Trabalho é definida como a divisão do trabalho e o conteúdo das tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho (Mendes, 2007).

O quadro 1 apresenta o fator Organização do Trabalho, com seus respectivos itens, bem como os valores de média, mediana (med.), desvio padrão (DP), e a classificação de risco por item e coeficiente Alfa de Cronbach (α), referentes ao domínio avaliado.

Quadro 1- Média, mediana (med.), desvio padrão (DP), Alfa de Cronbach (α), classificação de riscos por item do domínio Organização do Trabalho dos Professores do Instituto Federal da Região Sudeste, 2025

Itens	Média	Med.	DP	Classificação Risco	(α)
1. O ritmo de trabalho é excessivo.	**3,50**	**4,0**	**0,960**	**Crítico**	

2. As tarefas são cumpridas com pressão de prazos.	**3.38**	**3,0**	**1,021**	**Crítico**	
3. Existe forte cobrança por resultados.	2,59	2,0	1,023	Crítico	
4. As normas para a execução das tarefas são rígidas.	2,89	3,0	1,046	Crítico	
5. Existe fiscalização do desempenho.	2,75	3,0	1,023	Crítico	0,807
6. O número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas.	**3,58**	**4,0**	**1,043**	**Crítico**	
7. Os resultados esperados estão fora da realidade.	2,60	3,0	1,050	Crítico	
8. Existe divisão entre quem planeja e executa	2,96	3,0	1,151	Crítico	
9. As tarefas são repetitivas.	3,25	3,0	0,927	Crítico	
10. Falta tempo para realizar pausas de descanso no trabalho.	2,99	3,0	1,172	Crítico	
11. As tarefas executadas sofrem descontinuidade.	**3,18**	**3,0**	**1,007**	**Crítico**	

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

Para Mendes (2007), a Organização do Trabalho pode ser compreendida a partir das percepções dos trabalhadores e da investigação dos aspectos de conflito entre trabalhadores e hierarquia. O Quadro 1 evidencia que houve avaliação crítica de todos os itens do domínio Organização do Trabalho. Dentre eles, as médias mais altas e, portanto, de maior gravidade, foram dos itens “o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas” (M=3,58), acompanhado por “o ritmo de trabalho é excessivo” (M=3,50), “as tarefas são cumpridas com pressão de prazos” (M=3,38) e “as tarefas executadas sofrem descontinuidade” (M=3,18). Neste fator, não houve item classificado como satisfatório, o que poderia favorecer um menor risco à saúde dos professores. Tais condições podem desencadear danos e afastamentos do trabalho, sendo necessária uma avaliação ou intervenção imediata com medidas que possam eliminar ou minimizar tais fontes de riscos relacionados ao trabalho (Mendes, 2007).

Para que o professor possa desenvolver seu trabalho com eficácia, é necessário que a escola esteja saudável: “[...] estar saudável em uma organização

saudável é um requisito imperioso para a produtividade e a sustentabilidade" (Zanelli, 2014, p.227). A dimensão Organização do Trabalho, contemplada pela EACT, refere-se à forma como as tarefas são distribuídas, ao ritmo e à intensidade exigidos, ao grau de autonomia concedido ao trabalhador, bem como aos mecanismos de controle presentes no ambiente institucional (Ferreira; Mendes, 2003).

Segundo Dejours (2015), o sofrimento psíquico no trabalho está fortemente relacionado à forma como o trabalho é organizado, especialmente quando há imposição de ritmos intensos, controle excessivo, divisão rígida das tarefas e limitação da autonomia do trabalhador. Nessas condições, a organização do trabalho pode entrar em conflito com o funcionamento psíquico do sujeito, dificultando a mobilização de estratégias de enfrentamento e favorecendo processos de adoecimento.

No contexto dos Institutos Federais, essa dimensão ganha complexidade, pois os professores da carreira EBTT acumulam múltiplas atribuições – ensino, pesquisa, extensão, planejamento pedagógico, desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, execução de atividades burocráticas e administrativas, necessidade de atualização profissional com as formações continuadas, revisão dos planos de aulas, participação em inúmeras comissões do campus.

Tabela 02 - *Estatística Descritiva das Relações Socioprofissionais fator O da EACT*

Domínios	Média	Med.	DP	Alfa de Cronbach	Classificação de Risco (n=104)		
					Grave	Crítico	Satisfatório
Relações Socioprofissionais	2,63	2,57	0,45	**0,841**	15 (14)	**59 (57)**	30 (29)

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

CC BY

De acordo com Mendes e Ferreira (2007), no contexto da EACT, o conceito de relações socioprofissionais se refere ao conjunto de interações estabelecidas entre os trabalhadores no contexto laboral, abrangendo tanto as relações hierárquicas, como chefias e equipe gestora, como também as relações que acontecem dentro dos aspectos horizontais, como colegas da mesma função e outros trabalhadores com funções distintas.

Em relação às Relações Socioprofissionais, destaca-se – na Tabela 2 – a distribuição geral do fator: 57% dos professores pesquisados realizaram uma avaliação crítica, enquanto 14% avaliaram de forma grave e 29% avaliaram de forma satisfatória. O Quadro 2 apresenta o fator Relações Socioprofissionais, seus respectivos itens, a estatística descritiva, a classificação de risco e o Alfa de Cronbach do fator.

Quadro 2 - Média, mediana (med.), desvio padrão (DP), Alfa de Cronbach (α), classificação de riscos por item do domínio Relações Socioprofissionais dos Professores do Instituto Federal da Região Sudeste, 2025

Itens	Média	Med.	DP	Classificação Risco	(α)
12. As tarefas não estão claramente definidas.	2,79	3,0	1,038	Crítico	
13. A autonomia é inexistente.	2.27	2,0	1,095	Satisfatório	
14. A distribuição das tarefas é injusta.	2,73	3,0	1,030	Crítico	
15. Os funcionários são excluídos das decisões.	2,66	3,0	1,061	Crítico	
16. Existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados.	**2,86**	**3,0**	**1,211**	**Crítico**	0,859
17. Existem disputas profissionais no local de trabalho.	**3,27**	**3,0**	**1.130**	**Crítico**	
18. Falta integração no ambiente.	**3,41**	**3,0**	**1,070**	**Crítico**	
19. A comunicação entre funcionários é insatisfatória.	**3,25**	**3,0**	**0,997**	**Crítico**	
20. Falta apoio das chefias para o meu desenvolvimento profissional.	2,42	2,0	1,237	Crítico	

CC BY

21. As informações de que preciso para executar minhas tarefas são de difícil acesso.	2,53	2,5	1,108	Crítico	

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

O Quadro 2 sinaliza que houve avaliação crítica em quase todos os itens do domínio das Relações Socioprofissionais. Entre eles, as médias mais altas e, portanto, de maior gravidade foram os itens “Falta integração no ambiente de trabalho” (M=3,41), acompanhado por “A comunicação entre os funcionários é insatisfatória” (M=3,25), “Existem disputas profissionais no local de trabalho” (M=3,27) e “Existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados” (M=2,86). O único item classificado como satisfatório foi “A autonomia é inexistente” (M= 2,27), mostrando que os trabalhadores possuem autonomia no magistério.

A dimensão Relações Socioprofissionais configura os vínculos no ambiente laboral, contemplando aspectos como cooperação, comunicação, confiança mútua, reconhecimento e suporte social, bem como a presença de conflitos, disputas de poder, exclusão de processos decisórios e fragilidades na integração grupal. Em termos conceituais, constitui-se em um importante indicador da qualidade das relações interpessoais e profissionais estabelecidas no contexto de trabalho, o qual reflete o grau das relações humanas dentro do coletivo que permeia a vida dos trabalhadores e trabalhadoras (Mendes; Ferreira, 2007).

No que tange aos institutos federais, a dimensão das relações socioprofissionais assume relevância particular, pois os professores estão submetidos a múltiplas exigências que abrangem ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, além de atuarem em diferentes níveis de ensino. Conforme destacam Mendes e Ferreira (2007, p. 98), “as relações socioprofissionais constituem-se como o espaço onde se materializam tanto a cooperação e o reconhecimento, quanto as tensões, os conflitos e as disputas simbólicas pelo poder no ambiente de trabalho”. A falta ou a baixa integração, associada a um ambiente de disputas, de individualidade e de sobrecarga de trabalho, pode intensificar sentimentos de isolamento, desvalorização e sofrimento psíquico, conforme apontam estudos sobre o trabalho de professores em instituições

públicas federais (Mendes; Ferreira, 2007).

Tabela 03 - Estatística Descritiva do fator Condições de Trabalho da EACT

Domínios	Média	Med.	DP	Alfa de Cronbach	Classificação de Risco (n=104)		
					Grave	Crítico	Satisfatório
Condições de Trabalho	2,62	2,77	0,42	**0,892**	17 (16)	**56 (54)**	31 (30)

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

No que se refere às Condições de Trabalho, os itens compreendem infraestrutura física, disponibilidade de recursos, equipamentos e adequação dos espaços laborais, entre outros. Dos professores, 54% classificaram esse fator como crítico, (16%) como grave e (30%) como satisfatório. Esse cenário aponta para limitações materiais que afetam diretamente a execução das atividades pedagógicas.

As avaliações do domínio Condições de Trabalho representam a qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução do trabalho. Para Mendes e Ferreira (2007), as condições de trabalho são os fatores objetivos e subjetivos que interferem na organização, execução e vivência do trabalho, e que impactam diretamente as relações de trabalho, saúde e o sofrimento psíquico dos trabalhadores. A associação das avaliações do domínio Condições de Trabalho com as variáveis sociodemográficas e profissionais dos sujeitos estão presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Média, mediana (med.), desvio padrão (DP), Alfa de Cronbach (α), classificação de riscos por item do domínio Condições de Trabalho dos Professores do Instituto Federal da Região Sudeste, 2025

Itens	Média	Med.	DP	Classificação Risco	(α)

22. As condições de trabalho são precárias.	2,60	3,0	1,068	Crítico	
23. O ambiente físico é desconfortável.	2,80	3,0	1,127	Crítico	
24. Existe muito barulho no ambiente de trabalho.	**3,05**	**3,0**	**1,150**	**Crítico**	
25. O mobiliário existente no local de trabalho é inadequado.	**3,00**	**3,0**	**1,263**	**Crítico**	
26. Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas.	**2,90**	**3,0**	**1,014**	**Crítico**	0,896
27. O posto de trabalho é inadequado para a realização das tarefas.	2,66	3,0	1,088	Crítico	
28. Os equipamentos necessários para a realização das tarefas são precários.	**2,84**	**3,0**	**1,116**	**Crítico**	
29. O espaço físico para realizar o trabalho é inadequado.	2,74	3,0	1,074	Crítico	
30. As condições de trabalho oferecem riscos a segurança das pessoas.	1,90	2,0	0,882	Satisfatório	
31. O material de consumo é insuficiente.	2,80	3,0	1,101	Crítico	

Fonte: Autoria própria por meio da coleta de dados da EACT, 2025.

O Quadro 3 evidencia que houve predominância de avaliações críticas em – praticamente – todos os itens pertencentes ao domínio Condições de Trabalho. Dentre os aspectos analisados, destacam-se com as maiores médias; portanto, com os níveis mais elevados de gravidade percebida, os seguintes itens: “Existe muito barulho no ambiente de trabalho” (M = 3,05), seguido por “O mobiliário existente no local de trabalho é inadequado” (M = 3,00), “Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas” (M = 2,90) e “Os equipamentos necessários para a realização das tarefas são precários” (M = 2,84).

Esses resultados apontam para um cenário de precarização das condições materiais do trabalho dos professores, o que pode impactar significativamente tanto o desempenho profissional quanto a saúde física e mental do grupo de trabalhadores pesquisados. Problemas como ruídos excessivos, estrutura física inadequada e

insuficiência de recursos materiais e tecnológicos configuram-se como obstáculos objetivos à realização de um trabalho pedagógico de qualidade e, frequentemente, são associados à intensificação do trabalho e ao adoecimento ocupacional.

Segundo Ferreira e Mendes (2008), quando as condições de trabalho são inadequadas – ambientes insalubres, recursos insuficientes ou equipamentos precários – tendem a impor exigências adicionais ao trabalhador, podendo contribuir para o desgaste físico e psíquico; consequentemente, para processos de adoecimento.

Por sua vez, o único item classificado como satisfatório foi “As condições de trabalho oferecem riscos à segurança das pessoas” (M = 1,90), o que indica uma percepção positiva em relação à segurança física, mesmo diante de críticas mais amplas ao ambiente laboral. Este dado, ainda que pontual, pode estar relacionado à presença de normas de segurança física mínimas ou ao cumprimento de requisitos institucionais básicos; o que não elimina, contudo, as demais fragilidades estruturais apontadas pelos participantes.

Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o contexto de trabalho dos professores do EBTT do Instituto Federal da região Sudeste apresenta configurações organizacionais e socioprofissionais que demandam atenção institucional de modo urgente. A partir da análise quantitativa realizada por meio da EACT, verificou-se que os fatores Organização do Trabalho, Condições de Trabalho e Relações Socioprofissionais foram predominantemente avaliados como críticos ou graves. Isso revela um cenário que pode repercutir negativamente na saúde mental, no engajamento e no desempenho docente.

Na Organização do Trabalho, destacam-se a insuficiência de pessoal, o ritmo excessivo, a pressão por prazos e a descontinuidade das tarefas. Nas Relações Socioprofissionais, sobressaem a falta de integração, a comunicação insatisfatória, as

CC BY

disputas profissionais e as dificuldades de interlocução com as chefias. No domínio Condições de Trabalho, os principais problemas dizem respeito ao excesso de ruído, à inadequação do mobiliário, à insuficiência de instrumentos e à precariedade dos equipamentos.

Ao considerar de forma coletiva esses resultados, observa-se que os professores investigados vivenciam um contexto laboral marcado pela intensificação do trabalho, pela sobreposição de funções e pela precarização simbólica das condições de exercício profissional. Esses achados apontam para um ambiente laboral marcado por sobrecarga, fragilidade relacional e precarização material, demandando ações institucionais que visem mitigar seus efeitos sobre a saúde e o desempenho no trabalho dos professores do EBTT.

Assim, os achados deste estudo reforçam a necessidade de políticas institucionais que promovam condições organizacionais mais saudáveis, capazes de favorecer maior autonomia, comunicação efetiva, clareza nas definições de tarefas e suporte das equipes gestoras. Intervenções institucionais voltadas à melhoria do clima organizacional, ao fortalecimento dos coletivos de trabalho e à redistribuição equitativa das atividades podem atuar como importantes mecanismos de prevenção dos riscos e/ou adoecimento dos professores.

Este estudo contribui para aprofundar a compreensão do contexto laboral de professores nos Institutos Federais; sobretudo, pela aplicação da EACT, ainda pouco utilizada com professores de EBTT. Espera-se que os resultados apoiem futuras pesquisas e orientem estratégias de gestão que priorizem a saúde dos trabalhadores e a qualidade das práticas educativas.

Referências

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. Educação e Pesquisa, v. 47, e226325, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186946. Acesso em: 20 nov. 2025.

CC BY

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 184, seção 1, p. 1-38, 23 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11784.htm. Acesso em 20 de nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 09 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 4 jan 2026.

BARBOSA, Barbara Tereza Brandão Guerreiro. Saúde-adoecimento e Trabalho no Instituto Federal de Alagoas. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5372/1/Sa%c3%bade-adoecimento%20e%20trabalho%20no%20Instituto%20Federal%20de%20Alagoas.pdf. Acesso em: 19 de abr. de 2025.

BISPO, Sandra; SANTOS, Ana Maria Vieira dos; AROSI, Guilherme. Estresse ocupacional de professores de um Instituto Federal durante a pandemia. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 9, n. esp. 1, p. 1-22, 2024. DOI: https://doi.org/10.29378/plurais.v9iesp.1.17884.

BRANCO, Jerônimo Costa. *et al.* Prevalência de sintomas osteomusculares em professores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental. Fisioterapia e Movimento, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 307-314, abr./jun. 2011.

CC BY

BRITO, Jussara. *et al.* Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 589-605, 2014.

CODO, Wanderley (Org.). Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/Universidade de Brasília/Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2015.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Trad. Maria Irene Stocco Betiol. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUMITH, Samuel Carvalho. Atividade física e qualidade de vida de professores universitários. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 438–446, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1414-462X202028030593

ESTEVE, José Manuel Zaragoza. O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FERNANDES, Fabrício Ademar. Crenças, experiências e ações de professores de inglês (LE) de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2017. 244f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. *Pro-Posições*, Campinas, v. 30, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 de nov. 2025.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTFtZkS3MygsL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 de nov. de 2025.

FERREIRA, Maria Cecília; MENDES, Ana Magnólia. Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira. Brasília: LPA /FENAFISP, 2003.

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia. Contexto de Trabalho. In: SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org.). Medidas de comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, p. 111-123, 2008.

FREITAS, Leda Gonçalves; FACAS, Emilio Peres. Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *13*(1), 7-26, 2013. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2019.

LEÃO, Ana Cláudia Alves et al. Consumo de álcool em professores da rede pública estadual durante a pandemia da COVID-19. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 5–15, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000368.

LUNETTA, Edna de Oliveira; GUERRA Josiane Cardoso. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. Revista OWL (OWL Journal) -Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, 1(2),149-159. 2023. Disponível em: https://zenodo.org/records/8240361.

MARINHO, Paulo Roberto Ribeiro; SCHMIDT, Maria Luiza Gava; VASCONCELOS, Mário Sérgio. "Trabalho e Educação: Um Estudo de Caso com Professores de Escolas Rurais." *Estudos de Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 850-868, 2021.

MENDES, Ana Magnólia (org.). Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicológico, 2007.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, Mário César. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. B. Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 111-126, 2007.

MINGHETTI, Lenir Rodrigues. Riscos biopsicossociais laborais de professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina. (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 147 f. tese 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2006–2023: tabagismo e consumo abusivo de álcool. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-

brasil-2006-2023-tabagismo-e-consumo-abusivo-de-alcool/view. Acesso em: 2 set. 2025.

NASCIMENTO, Alice Carvalho do. Avaliação do estresse ocupacional dos professores de ensino básico, técnico e tecnológico do campus Manaus Centro do IFAM. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/15288/3/2023%20-%20Alice%20Carvalho%20do%20Nascimento.Pdf Acesso em: 13 jun. 2025.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitative em educação: algumas considerações. Revista Periferia UERJ, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 66–79, 2017. DOI:10.12957/periferia.2016.27341

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ªEdição. Editora Feevale, 2013.

SILVA, Paula Francisca da. Trabalho, docência e autonomia nos institutos federais: as possibilidades da realidade a partir de um estudo no ifnmg.Trabalho e Educação, 31(2), 187-189, 2022. https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.39838

SILVA, Paula Francisca da, MELO, Savana Diniz Gomes. Trabalho docente nos Institutos Federais no contexto de expansão da educação superior. Educação e Pesquisa, *[S. l.]*, v. 44, p. e177066, 2019. DOI: 10.1590/s1678-4634201844177066. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/article/view/157275. Acesso em: 03 out. 2025.

SOUZA, Zelinda Crislayne de. Intensificação do trabalho e adoecimento docente no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021. Disponível em: https://repositorio.unimontes.br/handle/1/1755. Acesso em: 11 nov. 2024.

YIN, Robert K. Estudo de caso: *planejamento e métodos.* 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

TOSTES, Maiza Vaz *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0087.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira; MONTEIRO, Janine Kieling. Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública. Psicologia da Educação, n. 46, p. 1-10, 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752018000100001. Acesso em: 5 nov. 2025.

ZANELLI, José Carlos (org.). Desenvolvimento de competências e gestão do desempenho. São Paulo: Atlas, 2014.

Notas

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelo primeiro autor.